

Editorial

PROCESSO ELEITORAL: LEGITIMIDADE COMPROMETIDA

Desde o início do processo eleitoral, a APROPUC-SP promoveu uma série de reuniões e assembleias para acompanhar e debater este processo em curso. A diretoria da APROPUC-SP manifestou para a reitora, Prof^ª Maria Amalia Andery, o posicionamento de prorrogação do mandato da atual reitoria até o retorno das atividades presenciais. Esta posição teve por base a situação de excepcionalidade por que passa o país e a PUC-SP, em meio a uma pandemia letal que corretamente nos levou ao isolamento físico e ao nosso consequente trabalho remoto.

Nesta realidade em que nos encontramos, a ausência de debates presenciais, com participação ativa da comunidade nos mais diferentes espaços da vida universitária ficaram irremediavelmente prejudicados, por não favorecer interlocução entre pessoas. Até o momento, apesar de

insistirmos em abrir um debate acerca da possibilidade de uma prorrogação do mandato e adiamento do pleito, não obtivemos um argumento plausível para que essa solicitação não fosse considerada pelo Conselho Universitário, ou levada ao Grão Chanceler. Acrescenta-se aos argumentos acima o fato de a Universidade ainda não possuir seu novo Regimento Interno em consonância com o atual Estatuto, que aguarda aprovação do Conselho Superior da Fundação São Paulo, regimento este que era esperado para março do ano corrente.

Em que pese a deliberação do CONSUN que acertadamente suprime o parágrafo 2º do artigo 2º da Deliberação do CONSUN nº 05/2020, de atribuir a si a prerrogativa de completar uma lista tríplex com nomes que não emergem da consulta democrática à comunidade, o problema de fundo permanece, pois o Grão Chanceler, de acordo

com o Estatuto, ainda tem a prerrogativa legal, mas não legítima, de empossar o próximo reitor a seu exclusivo e pessoal critério. Reafirmamos aqui que a APROPUC sempre defendeu que seja empossado o candidato mais votado pela comunidade.

A quebra da legitimidade também se dá pelo fato de a Fundação São Paulo ter reiterado para o CONSUN de 26/08/2020, com aval do Conselho Superior da Fundação São Paulo, que permanece o veto ao direito a voto dos funcionários administrativos lotados na Fundação São Paulo no processo eleitoral corrente. Acrescenta-se à gravidade desse episódio o CONSUN não ter explorado todas as possibilidades de fazer valer a universalidade do voto, possibilitando o voto em separado, como fora anteriormente aventado pelo próprio CONSUN. Seria esperado que o CONSUN tivesse se empenhado e se antecipado à resposta da FUNDASP para

garantir o respeito à universalidade dos votos.

A comunidade está sendo instada a adotar uma posição política em função de um clima de terrorismo que emana de setores da Universidade, e que acaba por viciar todo o processo. A APROPUC-SP é ciente de que uma intervenção por parte da FUNDASP, na verdade, ocorre desde 2006, com a instalação do CONSAD, com a escolha da reitora Anna Maria Marques Cintra, terceira colocada no pleito de 2012 e, finalmente, com o Estatuto, que dá cobertura legal à intervenção ilegítima que se dá neste momento.

A APROPUC-SP vem se manifestar com veemência contra a quebra da universalidade do voto, o que caracteriza o processo eleitoral em curso como ilegítimo e ilegal, pois fere a universalidade do voto prevista no Estatuto.

Diretoria da APROPUC

Consun lamenta, mas nem todos os funcionários poderão votar para reitor

"Que democracia é esta?"

O desabafo do conselheiro administrativo Nalcir Antonio Ferreira Jr. reflete bem a revolta que tomou conta de boa parte da comunidade quando foi anunciada a decisão do Conselho Superior da Fundasp proibindo o voto de setores administrativos ligados diretamente à mantenedora. Os funcionários discordaram dessa avaliação principalmente porque ela é bastante subjetiva sendo que todos os trabalhadores da PUC-SP têm na sua carteira a chance-la da Fundasp.

A sessão extraordinária do Consun de 26/8 começou com uma ordem do dia que previa em primeiro lugar a discussão do envio da lista tríplice ao cardeal. Esse ordenamento foi questionado pelos funcionários, pois a tomada de decisão sobre o direito a voto dos funcionários precedia a decisão sobre a lista tríplice. Afinal, de que adiantava o formato da lista tríplice se não havia a certeza de que parte dos próprios conselheiros teria direito a voto?

No entanto, o professor Fernando de Almeida seguiu com a discussão. O reitor em exercício lembrou que após a decisão do Consun de junho de enviar uma lista tríplice com a possibilidade de inclusão de nomes pelo próprio Conselho Universitário caso não surgissem os três candidatos, a Fundasp reagiu veementemente contrariando a

Manifestação da APROPUC frente à eleição para reitoria

A PUC-SP tem um importante papel na história da democracia brasileira, bem como na democracia universitária deste país. Sabemos que durante a Ditadura Militar, muitos estudantes e professores da PUC-SP participaram de manifestações contra o regime, período em que o então Grão-Chanceler, Dom Paulo Evaristo Arns, admitiu professores de universidades públicas que tinham sido cassados pela ditadura. Nomes como Bento Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Octávio Ianni e Paulo Freire, perseguidos pela ditadura militar, passaram a fazer parte do quadro de docentes da nossa universidade. Foi nesse período que a PUC-SP se tornou a primeira universidade brasileira a eleger o reitor e outros cargos administrativos via voto direto dos estudantes, professores e funcionários. Foi também a primeira instituição universitária do país a eleger a primeira reitora, Profª Nadir Gouveia Kfoury. Entretanto, será que podemos dizer que, no processo em curso, nos orgulhamos da Democracia Puquiana, que foi referência neste país?

Primeiramente, a Universidade ainda não tem seu novo Regimento Interno em consonância com o atual Estatuto, que aguarda aprovação do Conselho Superior da Fundação São

Paulo. Todos sabemos que a ausência desse Regimento nos priva de regras claras para os procedimentos do processo eleitoral para reitoria, o que, de início, compromete sua realização neste momento.

A eleição para reitoria nesta situação extraordinária de distanciamento social em meio a uma pandemia mortal em que nos encontramos prejudica e muito a realização de debates amplos no âmbito da Universidade, formação e inscrição de chapa/s concorrentes, fundamental à democracia pulsante, característica do ambiente universitário da PUC-SP.

A realização de reuniões e debates remotos, mediados pela telinha, dificultam a participação, intimidam, colocam uma barreira - que não é virtual - entre a comunidade e as candidatas e candidatos à administrar nossa PUC-SP. Tanto isso é real que temos somente uma chapa inscrita, a da atual reitora da PUC-SP, Prof. Maria Amalia Andery, candidata à reeleição.

Também as deliberações do CONSUN extraordinário - realizado no final do último semestre, período em que nos encontrávamos todos assoberbados de trabalho, avaliações, fechamentos de notas, bancas, sem consulta à comunidade - apareceram diluídas no labirinto burocrático que a regência remota nos impôs a todos. Some-se a esses fatos o CONSUN atribuir a si a prerrogativa de formular

uma lista tríplice com nomes que não emergem da consulta à comunidade, afrontando a ordem democrática. Quanto a este aspecto, a APROPUC sempre defendeu que seja empossado o candidato mais votado pela comunidade.

Por último, e nem por isso menos relevante, a FUNDASP publica um ato (nº 09/2020), em que priva os funcionários administrativos lotados na Fundação do direito ao voto, do direito de participar da escolha do ocupante do cargo de reitor, se assim o quiserem. Esse ato configura um verdadeiro ataque à universalidade do voto, inclusive previsto no atual Estatuto da Universidade.

Diante de todos esses fatos, a APROPUC defende a posição que se considere a prorrogação do mandato da atual reitora, para que o processo eleitoral do próximo reitor/a se dê numa condição de normalidade, com possibilidade de debates, como tantos já tivemos oportunidade de presenciar nos espaços do nosso TUCA - este também um sobrevivente dos anos de chumbo da ditadura - em um ambiente de democracia viva e pulsante, tão representativa da história da nossa PUC. Esta posição é fruto de várias reuniões e assembleias de professores convocadas pela Apropuc, já divulgadas pelo Jornal **PUCViva**.

Continua na
página seguinte

Continuação da página anterior

decisão do Conselho.

Os conselheiros decidiram então, na reunião de 19/8 consultar o departamento jurídico da reitoria para verificar se havia alguma contradição entre o encaminhamento do Consun e o estatuto da universidade. De fato, o advogado da instituição, Fábio Nunes, constatou que não havia respaldo jurídico para sustentar aquela decisão e recomendou que se suprimisse o artigo 2º que tratava da questão para evitar qualquer impugnação do pleito.

A maioria dos conselheiros manifestou-se nessa direção, procurando evitar confrontos desnecessários com a Fundasp. A decisão obteve então 32 votos favoráveis, com a abstenção de Nalcir Antonio Ferreira pelas razões já explicitadas.

MANIFESTAÇÃO DA APROPUC

Só então, depois de tomada a decisão, é que se deu a palavra ao presidente da APROPUC, João Batista Teixeira da Silva, que leu o documento da entidade, tirado de suas assembleias e reuniões com outros setores da universidade, que tendo em vista a situação de pandemia que tolhe a ampla discussão democrática, propunha um adiamento da consulta e consequente prorrogação do mandato da atual reitora (veja íntegra do documento na página 2)

Os conselheiros, no entanto, desautorizaram a discussão do documento alegando motivos vários, desde a inoportunidade do tema, até o andamento da própria sessão, que já havia votado a questão. Chegou-se ao extremo, com a intervenção da professora Madalena Peixoto, da Faculdade de Educação, de acusar injustamente a APROPUC de

estar propondo a vacância do cargo, quando a proposta da associação dizia claramente sobre a extensão do atual mandato.

Assim o Conselho passou por cima de um dos poucos encaminhamentos coletivos, discutido amplamente em reunião convocadas abertamente, preferindo ficar com a vontade "soberana" de seus membros (sobre a representatividade do Consun leia matéria abaixo)

VOTO DOS FUNCIONÁRIOS DA FUNDASP

Em seguida passou-se à discussão do voto dos funcionários alocados em setores ligados à mantenedora. O professor Fernando de Almeida leu o comunicado lacônico da mantenedora informando que, após a reu-

nião do Conselho Superior da Fundasp, tomou-se a decisão unânime de ratificar a exclusão do processo eleitoral dos funcionários ligados diretamente à Fundasp. Essa decisão, segundo relato do reitor em exercício, foi tomada sem a presença da reitora licenciada, bem como de seu vice em exercício, que não foram chamados.

Anteriormente a conselheira Maria Helena G. Soares Borges já havia levantado a questão de que no parecer jurídico da reitoria que embasou a decisão sobre a lista tríplice ficou explícito que a determinação do colégio eleitoral é de competência do próprio Consun. Mas os conselheiros fizeram ouvidos moucos para a informação.

Seguiu-se uma série de falas de conselheiros que se mostravam consternados

com a decisão, externando apoio aos funcionários, mas seguindo uma atitude de impotência diante da decisão que, se confrontada, poderia colocar em risco o processo de consulta.

Os funcionários levantaram então a possibilidade de votação em separado dos setores proibidos de se expressar pela Fundasp, mas foram dissuadidos pelo pró-reitor de Relações Comunitárias, coordenador do processo eleitoral, que alertou sobre a impossibilidade temporal de realização da modificação e a exposição a que estariam submetidos os funcionários que votariam em separado.

Assim o pleito foi referendado para os dias 27 e 28/8 em mais uma triste página da história da PUC-SP, que vê a sua democracia ser solapada cotidianamente.

O esvaziamento dos órgãos colegiados

A decisão da APROPUC e de outros setores da universidade sobre o adiamento do processo eleitoral foi tomada em um ambiente de discussão amplamente divulgado. Mas quando chegou ao Consun esbarrou em uma barreira burocrática que contraria todo o processo histórico de nossa democracia.

Já vão longe os anos em que a sala P-65 do Prédio Velho recebia um público numeroso para as sessões do Conselho Universitário. A plateia era tão grande que várias vezes se cogitou de mudar a sala de reuniões que teria suas estruturas ameaçadas pelo peso a ser suportado.

O colegiado tinha plenos poderes para definir o futuro da instituição e essa democracia interna era assegurada pelo Grão Chanceler da época, Dom Paulo Evaristo Arns.

Porém, a situação começou a se modificar a partir do redesenho da universidade que institucionaliza a intervenção da Fundasp em 2005, a partir da criação do Conselho de Administração, Consad, que decidiria todas as questões de âmbito financeiro, sendo composto pelo voto de dois representantes da mantenedora, os secretários executivos, e um da Reitoria, o reitor/a. Mas como boa parte dos assuntos ditos "acadêmicos" cruzam com implicações financeiras, a maioria das decisões fica por conta do Consad.

No novo estatuto, conselhos como o de Administração e Finanças deixam de existir e, mesmo tendo seu número de componentes ampliado, o Consun perde representatividade diante das decisões maiores do Consad.

Esse cenário é agravado pela falta de discussão comunitária. Na maioria das

vezes os conselheiros, logo após serem democraticamente eleitos, declinam suas posições nas sessões do Consun, sem uma necessária anuência de sua base eleitoral. Assim os representantes descolam-se de seus representados, tomando atitudes que, em boa parte das vezes, pouco refletem a opinião de seus representados.

Os representantes discentes, que anteriormente tinham uma participação importante nas pautas do Consun, hoje, desmotivados, pouco comparecem e os representantes administrativos deverão ter novos critérios de eleição no próximo mandato, devendo se submeter a uma camisa de força da escolha por campus e não por representação universal.

Assim caminha a democracia puquiiana, como o Brasil atual, "descendo a ladeira".

Movimento por uma Universidade Popular - PUC-SP

Farsa eleitoral: #PUC-SP SOMOS TODOS, mas a PUC é de quem?

Estamos diante do processo eleitoral que levará à escolha da reitoria da universidade pelos próximos 4 anos. Entretanto, os desdobramentos políticos da relação entre a FUNDASP, a reitoria e a comunidade universitária, nos últimos 15 anos, levantaram o seguinte questionamento: ainda existe democracia na PUC-SP? Se sim, que democracia é essa, a quem ela serve?

Existem dois elementos da organização burocrática da PUC-SP que nos autorizam afirmar que não há democracia popular e tampouco autonomia universitária na instituição: a lista tríplex e o CONSAD. A formação de uma lista tríplex entre os candidatos mais votados de uma eleição para reitoria, sobre a qual a mantenedora pode escolher quem assumirá esse cargo máximo da universidade independente da quantidade de votos de cada um, configura a primeira grave limitação democrática. Por sua vez, a criação do CONSAD - Conselho Administrativo - sem voz e voto de qualquer docente, funcionário ou estudante, quebra a autonomia universitária na medida em que esse conselho fechado, na prática inibe qualquer decisão do CONSUN que seja de conteúdo financeiro e esteja contrária aos interesses da Fundação São Paulo. E todos nós - até aqueles mais ingênuos e/ou liberais - sabemos não ser possível garantir poder político na ausência de poder financeiro não nos possibilitando efetivar um resultado eleitoral ou qualquer autonomia, mesmo que formal.

Dois exemplos de nossa história mostram que as intervenções da FUNDASP sobre as decisões da comunidade universitária são cada vez mais frequentes e explícitas. O primeiro foi a nomeação da Anna Cintra para reitoria da

universidade em 2012, quando sua chapa tinha ficado apenas em terceiro na disputa eleitoral. O outro exemplo, mais recente, foi o último processo de renovação do estatuto da PUC-SP, no qual após uma intensa articulação da reitoria, com um conjunto de docentes alinhados, as discussões e liberações quanto aos pontos do estatuto ficaram restritas ao CONSUN, e ignoraram toda uma mobilização de base de Centros Acadêmicos, Coletivos e Associações que exigiam espaços democráticos para fazermos uma síntese das milhares de vozes estudantis e trabalhistas que sustentam diariamente nossa universidade.

Toda intervenção da mantenedora, sustentada pelas últimas reitorias, tem como base um projeto de universidade antagônico aos interesses dos trabalhadores e estudantes e só pode ser executado às custas destes. Esse é o fundamento que explica a constante tentativa de retirada de direitos trabalhistas por parte da FUNDASP baseada nas reformas trabalhista e previdenciária, ou ainda, as incessantes tentativas de desarticular e deslegitimar a organização dos trabalhadores e suas associações (AFAPUC e APROPUC). Recentemente os ataques assumiram diferentes formas na tentativa de retirada da estabilidade da diretoria da APROPUC, a demissão do tesoureiro da AFAPUC sem qualquer justificativa, e a pior, na exclusão do direito ao voto de parte dos funcionários no processo eleitoral para reitoria.

A Fundação São Paulo, como qualquer patrão, está apenas exercendo sua prática política de dominação de classe. A inquietação necessária recai sobre a atual candidatura à reeleição que, reiteradamente aponta a importância da democracia mas não se posiciona diante das ações contra os traba-

lhadores, justamente esses que a elegeram em 2016. Por cima de tudo isso, a postura de isenção diante da demissão de trabalhadores terceirizados durante a quarentena, que sequer são efetivados, e por isso não podem votar, revela a falta de compromisso com a classe como um todo.

AMIGO DISFARÇADO, INIMIGO DOBRADO

Durante às férias houve a organização do processo eleitoral e no dia 17 deste mês, nos foi informada a inscrição da chapa "#PUC-SP SOMOS TODOS". Assim, temos o processo eleitoral mais importante da universidade feito de forma online com apenas uma chapa. Fazemos aqui algumas pontuações sobre os motivos dessa ausência de candidatos aos cargo de reitor(a) e vice da universidade.

O primeiro é que estamos diante de uma pandemia global sem precedentes históricos, e ainda que alguns insistam em dizer que "a PUC-SP se saiu bem" no primeiro semestre, a realidade é que a sobrecarga de trabalho, o adoecimento mental e outras mazelas, foram acentuadas e estamos constantemente exaustos. Mas existe outra razão para a desmobilização que não diz respeito à quarentena ou a política econômica genocida da burguesia: o segundo motivo dessa chapa única consiste na tática política exercida pela própria reitoria nos últimos anos.

Essa tática se resume a uma prioridade de decisões por "cúpula" para manter o controle sobre os rumos da universidade. Através dela a participação daqueles que não estão inseridos nos cargos e na alta burocracia da instituição ficam limitados no máximo a serem ouvidos, mesmo que

para serem ignorados quando apontam posições contrárias ao projeto em curso. Para ser eficiente, a essência dessa tática não está nas cúpulas, mas no controle das bases. No cotidiano de nossa universidade observamos essa ação no esvaziamento do poder dos departamentos e, principalmente, na cooptação não só dos chefes desses espaços e das coordenações, mas até mesmo do Movimento Estudantil. A pior consequência é a inibição da capacidade organizativa e de articulação do principal setor de produção de uma universidade, o corpo docente.

Os efeitos da cooptação somados à pandemia nos coloca em uma situação de desarme organizativo e político justamente na quadra histórica em que a Fundação São Paulo avança com seu projeto.

FRENTE AMPLA PELA DEMOCRACIA COM A FUNDASP?

Não só o histórico dos últimos anos aqui mencionado deixa evidente que não existe contradição entre a atual reitoria e a mantenedora, como o próprio programa da chapa "PUC-SP SOMOS TODOS" está repleto de abstrações e indica plena continuidade nas questões políticas, financeiras e pedagógicas que já estão em andamento. Portanto, longe de cairmos em chantagem eleitoral, afirmamos que se continuarmos limitados às políticas de gabinete não teremos autonomia alguma e que a democracia universitária já está há muito tempo comprometida, já que para a

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

esmagadora maioria de estudantes, professores e funcionários resta apenas um processo de consulta vazio e que não deveria estar ocorrendo online.

Essa nota não tem por objetivo tratar com profundidade das questões sobre projetos universitários, ainda assim, fazemos um convite aos Centros Acadêmicos, Coletivos e Associações, tal como para os estudantes e trabalhadores em geral, para que discutam coletivamente sobre os pontos aqui levantados, e que, se chegarem às mesmas conclusões de que precisamos re-

tomar o poder econômico sobre nossa própria universidade, assim como estabelecermos diferentes espaços de base com legítimas e orgânicas representações, para que tenhamos um poder político com o objetivo de construirmos uma Universidade Popular, se somem ao movimento e reiviniquem:

1. O fim do CONSAD;
2. O fim da lista tríplice;
3. O adiamento das eleições.

Movimento por uma Universidade Popular - PUC-SP

Adiada negociação do Acordo Interno dos Professores

A rodada de negociação do novo Acordo Interno de Trabalho dos Professores que deveria acontecer na terça-feira, 25/8, foi desmarcada pela Fundasp. O secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo afirmou em reuniões passadas que aguardava a assinatura da Convenção Coletiva dos Professores para assinar um novo texto. Na semana anterior havia a expectativa de um breve acordo entre os sindicatos docentes e das mantenedoras. Porém os patrões não arredaram pé da proposta de abono de 15% em 3 vezes até 2022. Os sindicatos de professores criticaram a proposta uma vez que, além de insuficiente para cobrir

a inflação do período, não será incorporada aos salários dos professores.

Os Sindicatos consideraram que as escolas do ensino superior auferiram, em sua maioria, altos lucros com a pandemia, uma vez que repassaram os reajustes para os estudantes (muitas vezes acima da inflação) e congelaram os salários de seus trabalhadores.

Padre Rodolpho informou à diretoria da associação que enquanto não vigorar um novo acordo e Convenção, fica valendo a CLT. Porém arguido pela APROPUC sobre eventuais casos não cobertos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, padre Rodolpho informou que estudará caso a caso.

ABEPSS fará live sobre movimentos e lutas sociais

A ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) fará seu oitavo debate online. Serão debatidos "Os movimentos sociais, as lutas sociais e a solidariedade de classe" e terá como convidados: Marina dos Santos (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), Rud Rafael (Movimentos dos

Trabalhadores Sem Teto), Josi Costa (Movimento dos Pequenos Agricultores) e a mediação de Leila Teixeira (Professora da UFRJ, GTP Movimentos Sociais e Serviço Social).

A live acontecerá no dia 1 de setembro às 19:30 na página do facebook e canal do youtube da ABEPSS.

Manifestação dos representantes discentes do Pós em Serviço Social

"Nós, representantes discentes em PEPGSS, de posse dos debates da última semana na assembleia da APROPUC, fórum dos 3 setores e repasse (ontem das 17:00 às 19:00), da reunião do CONSUN, vimos por meio desse externar publicamente nosso apoio à manifestação da APROPUC apresentada no CONSUN, na manhã de hoje.

Temos o entendimento que a forma como seguiu o processo eleitoral da reitoria fere seriamente os princípios democráticos e obnubila questões fundamentais que se esvaem em meio a um cenário em que a pandemia dificulta mobilização e participação política mais efetiva.

Desse modo um ponto fundamental que apresentamos para

refletir é que a votação nesse processo é uma concordância com a forma antidemocrática imposta e, portanto, que antes de tomarem sua decisão se votam ou não, leiam a manifestação da APROPUC e avaliem a melhor forma de se posicionar.

Destacamos que isso ainda não foi discutido no Colegiado do PEPGSS e que as posições entre professoras/es são diferentes, no entanto é importante que nós, discentes, possamos refletir o que isso significa e implica, tendo em vista as dificuldades progressivas de ingresso e permanência nos programas, quanto aos rebatimentos externos das agências de fomento.

Convidamos, portanto, à leitura do documento, e reflexão.

Sigamos!"

Pastoral recebe doações para moradores de rua

Padre Júlio Lancellotti, que ajuda moradores de rua por anos, atende centenas de moradores por dia na zona leste de São Paulo, onde se localiza a Paroquia São Miguel Arcanjo. Em tempos de pandemia, não foi diferente.

Aos 71 anos e no grupo de risco, o paroquiano continua entregando, todas as manhãs, alimentos para as pessoas

que vivem em situação de vulnerabilidade no bairro da Mooca e região. Além de alimentação, também é oferecido roupas e kits de higiene.

Para ajudar a paróquia, você pode fazer doações através do: Banco Bradesco - Agência 0299 - Conta Corrente 034857-0 - Cnpj 63.089.825/0097-96 - Paróquia São Miguel Arcanjo

Falece professor Roberto Garcia

Faleceu no último dia 27/08 o Professor Roberto Garcia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. Na PUC-SP desde fevereiro de 2018, Roberto estava afastado para tratamento médico.

Doutor em psicologia clínica, pela PUC-SP em 2016, venceu o Prêmio de Melhor Tese de Psicologia de 2016, deixando-nos exatamente no dia dos Psicólogos.

